

“Somos tod@s vagabundas”: engolir moralidades, cuspir intervenções

Ana Paula Garcia Boscatti*

RESUMO: Este trabalho pretende discutir a Marcha das Vagabundas (*Slutwalk*), atividade política que problematiza a culpabilização por atos de violência, moralização e controle social do corpo das mulheres. O movimento foi difundido através de redes sociais virtuais, com início em Toronto, Canadá, em março de 2011, e em pouco tempo se disseminou por alguns países da Europa, Oceania, América do Norte e Sul, desterritorializando-se e reterritorializando-se (DELEUZE e GUATTARI, 1997) ao ser incorporada em cada localidade que se apresenta. A proposta é se reapropriar do termo negativizado da vagabunda e conseqüentemente gerar um deslocamento político, pondo em jogo o exercício dos papéis de gênero, as representações e a agência da vida sexual das mulheres. A necessidade desse trabalho se manifestou ao mesmo tempo em que a primeira Marcha das Vagabundas aconteceu no Brasil e em Florianópolis, por isso a relevância em pensar o movimento teoricamente (identidades, representações, corporalidades) e ao mesmo tempo construí-lo politicamente (como organizadora em Florianópolis). Longe de ser uma etnografia sobre a marcha nessa cidade, pretendo apenas recorrer a alguns conceitos para sustentá-la, ainda que aborde também questões pontuadas “em campo” como a crítica as representações “congeladas” e a união à Marcha da Liberdade. Desta maneira, tangencio teorias contemporâneas tais como BUTLER (1998), e MOUFFE (1999), de modo a compartilhar o conceito de “antropologia engajada”.

Palavras-chave: Corpo; Identidades; Violências; Representações; Marcha das Vagabundas; *SlutWalk*.

Sim, somos vagabundas. E por quê?

Vadia, piranha, puta, rameira, meretriz, pistoleira, pêga, devassa, quenga, libertina, xurinha, cachorra, corrimão de escada, etc. A extensa lista de nomes compartilham um mesmo princípio: a associação negativa que moraliza a agência da vida sexual das

* Bacharel em Comunicação Social e acadêmica do Curso de Graduação em Ciências Sociais - UFSC. E-mail: anaboscatti@gmail.com

mulheres, e as representações acerca dos papéis de gênero e do corpo. É ele, o suporte primeiro e fundamental da mensagem social proferida (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2000), inscrita em códigos de linguagem e comportamento (os gestos, roupas, a voz, a postura, etc.). Toda submissão a tais “regras” de conduta, bem como toda transgressão, constituem objeto de comentários e falatórios, sejam eles positivos, cujo eixo ético está associado à ideia de *mediócritas*, ou seja, neutralidade social, quando o modo de ser percebido ou reconhecido se ajusta as convenções estabelecidas, ou negativo, quando transgredir a integridade simbólica do grupo, repercutindo no nível da linguagem: - É uma vadia! - É o que se ouve com frequência. Ser ou não ser – vagabunda, é ao mesmo tempo configurar-se em determinada representação do corpo e ainda, partilhar lugares e papéis de gênero. Essas *repressões minúsculas* (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2000), que se impõe no lugar de uma lei, desqualificando a reputação moral de alguém, pretendem reforçar um ordenamento moral que faz parte de estreitos processos de educação e socialização de todo grupo social.

Compartilhando essas questões a *SlutWalk*¹, teve origem depois que um policial, durante uma palestra em uma universidade local, ter afirmado que as mulheres deveriam evitar se vestir como vagabundas a fim de não serem alvos preferenciais de estupros. A palestra se deu em um momento em que os casos de estupro estavam em evidência no Canadá. O movimento então, se espalhou por vários países: França, Austrália, Estados Unidos, México, entre outros, até chegar ao Brasil. Em cada localidade o movimento tem um caráter autônomo, comprometido com as concepções do original canadense, mas desarticulados como movimento único (com uma única liderança). Ele é incorporado e re-traduzido a cada localidade em que se apresenta. A ideia central da marcha é se reapropriar do termo vagabunda usado pejorativamente, resignificando-o. A partir da Marcha das Vagabundas, abre-se um espaço não só para a discussão sobre a violência sexual, mas as várias formas de violência que incluem também violências de ordem verbal, simbólica e moral. Contudo, a marcha pretende denunciar apropriações machistas ou sexistas que culpabilizam por situações de violência, desqualificam comportamentos e escolhas problematizando as representações em torno da ideia de “mulher objeto” ironizando os termos e colocando em pauta a decisão sobre suas escolhas sexuais, corporais e estéticas.

Nesse sentido, este movimento é uma crítica aos processos de socialização e educação da mulher que podem, obviamente, variar com o grupo social em torno de seu reconhecimento, mas que antes de tudo, são fortemente marcadas por instituições que a limitam e impõem severas restrições. Subverte-las, não só lhes determina, mas frequentemente, “autoriza” quando não só a violência moral, como também a violência física e sexual. Por isso, a importância de reintroduzir o conceito de vagabunda, que é uma palavra e uma conduta, que marginaliza as mulheres. Colocando – a sob nova plataforma de significados, introduz-se também uma “nova moral”, que não hierarquiza os polos de conduta como bem x mal, certo x errado, mas transita pelo caminho do meio, pois se torna uma característica de reconhecimento que faz parte de todas e todos. Essa perspectiva situa a Marcha das Vagabundas (ou Vadias) dentro de uma terceira fase dos movimentos feministas, denominada de pós-moderna, já que se baseia nas teorias desconstrutivistas, das quais se fundamentam às teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades (SCAVONE, 2008).

Alguns movimentos atuais, como o ucraniano Fêmen, discutem da mesma forma as representações ambivalentes da mulher e o controle social do corpo, estabelecendo como “marca”, os seios desnudos e as recorrentes prisões das ativistas. É, portanto, mais um exemplo que situa a atual discussão dos movimentos feministas ou de cunho feminista ou que problematizam a mulher, as violências e o corpo como pauta. Por se tratar de um debate comum a muitos lugares, especialmente, pelo fato dos estereótipos que envolvem o corpo da mulher, serem objeto preferencial da grande mídia, a Marcha das Vagabundas, ganhou grande projeção tanto no campo de apropriação midiática quanto de associação política. Aqui no Brasil, a marcha passou pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Pelotas, Salvador, Curitiba, Recife e claro, Florianópolis, entre outros lugares. Miriam Goldenberg, em *O Nu e o Vestido* (2007), chama atenção para as sociabilidades que envolvem tanto o corpo feminino quanto masculino no Brasil. O corpo aqui possui uma posição central especialmente para as mulheres, ligado a status e ascensão social, entretanto, nota-se um interessante jogo de paradoxos e dupla moral – “O poder da brasileira sempre foi associado à sexualidade para a sedução do outro e não para o próprio prazer. Todo o peso do julgamento tem a ver com a imagem corporal que ela constrói”² (p. 01), pois ao mesmo tempo em que a sensualidade marca a vida social

do país, a universitária Geisy Arruda é vítima de violência por usar um mini vestido rosa choque em uma universidade paulistana. Desta forma, a necessidade da discussão das questões trazidas pela marcha aqui, se tornam bastante relevantes como forma de um “preconceito invisível”³.

Atenta a essas questões, tanto no que poderiam caracterizar a marcha conceitualmente, quanto em minhas próprias experiências e observações relacionadas aos processos de sociabilidade e educação do corpo, “diagnostiquei” como necessária a participação da Marcha das Vagabundas em Florianópolis, especialmente no que toca o uso autorizado de alguns espaços públicos, para a exibição dos corpos, como as praias, mas que ao mesmo tempo convivem com muitas fronteiras e restrições no campo moral.

A decisão sobre fazer a marcha em Florianópolis esteve muito relacionada a trajetórias individuais e coletivas e questões teóricas pontuadas sobre a construção de corporalidades na disciplina⁴ ministrada pela Professora Sonia Weidner Maluf. Em certa medida, @s organizador@s⁵ estabeleceram uma rede de sociabilidade vinculada à universidade que tem como valores compartilhados a crítica as representações congeladas e o feminismo. Reunid@s tod@s em torno das discussões oriundas da disciplina, do campo midiático e suas experiências, a marcha tornou-se um canal de expressão e reivindicação.

Foram mobilizando nossas redes que iniciamos o processo de divulgação que se valeu de um manifesto e um release, ambos enviados a organizações diversas como feministas, lgbt’s, a grande imprensa, listas pessoais e especialmente, pela criação de um evento no Facebook. Ao mesmo tempo em que pensávamos questões conceituais e discursos, formava-se ao nosso redor um canal de diálogo com diferentes atores e demandas. Coletivamente, entendemos ser pertinente fazer a Marcha dia 18/06/2011 pela visibilidade que ela teria já que seriam realizadas no mesmo dia, três outras Marchas das Vagabundas em grandes capitais (Salvador, Belo Horizonte e Brasília). Contudo, em Florianópolis, aconteceria para o mesmo dia a Marcha da Liberdade, que surgiu em resposta a repressão a Marcha da Maconha, mas que angaria várias causas pela liberdade: o vegetarianismo, os direitos dos animais, Passe Livre etc. Conversando com @s organizador@s, achamos que seria mais interessante juntar as marchas, visto que duas manifestações pulverizariam o público, pois

muit@s “marchistas” gostariam de participar dos dois acontecimentos⁶.

A universidade aqui tem um papel fundamental, visto a sua grande capacidade em constituir redes de discussão de variados temas. As e os marchistas eram, em sua maioria, oriundos de classes médias intelectualizadas com trajetórias sociais que se cruzavam nas salas de aulas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e o Centro de Comunicação e Expressão da UFSC⁷. Entretanto, estiveram ali, variadas formas de manifestação e relação com o machismo, que não estavam diretamente vinculadas à universidade, mas com outras instituições, como a participação de grupos de militância Lgbt’s como o ROMA e a ADEH. Além disso, não foram poucos os casos de pessoas que dissociadas de instituições, apoiavam a problemática, em razão de sua própria biografia, tendo uma postura ativa e crítica em relação às questões de autonomia do corpo e manifestações de violências.

O lugar da universidade – Teorias e Militâncias

A Marcha das Vagabundas é um movimento que começou de dentro para fora, ou seja, surgiu a partir de um acontecimento pontual na universidade de Toronto, e conseqüentemente tomou as ruas do Canadá e de vários países. Assim como em Florianópolis, ou outras cidades, a problemática que envolve este movimento é complexa e não pode ser reduzida a um fator, apenas. Por isso, a importância do diálogo entre militância e produção teórica pra sustentar o movimento.

A vida acadêmica e o ativismo político revelam uma tensão entre saber científico e prática política. O próprio processo de aquisição de conhecimento ligado à ideia de neutralidade axiológica⁸ revela regras e maneiras hegemônicas de se fazer ciência, pautadas no modelo de racionalidade, rigor e regras epistemológicas totalitárias. Esse ponto de vista supõe a atividade política em oposição ao campo acadêmico. Bruno Latour (2001) trata a ciência não separada do campo político, criticando o estudo a partir de uma realidade única e total, por conseguinte produzindo verdades únicas, desconsiderando a dimensão política da realidade. Assim como Latour (2001) considero a práxis de ambas as atividades. A *SlutWalk* é antes um exercício “prático” de discussões teóricas do campo dos estudos feministas e de gênero, em diálogo com as militâncias. Assim como os movimentos

sociais também são influenciados por teorias da academia em suas fundamentações teóricas.

Kant discutiu questões a cerca do fazer e pensar a ciência através de um sujeito de substância cujo aspecto central esta localizado no ideal de objetividade, ou seja, em oposição à subjetividade, que, sobretudo é um sujeito feminino. As epistemologias pós-estruturalistas propõem mostrar que o pensamento pode ser dar objetiva e subjetivamente, sem que haja entre ambos os limites absolutos. Já a proposta de Donna Haraway (1995) reitera a o ponto de vista do feminismo na ciência, considerando a possibilidade legítima do fazer científico parcial dialogando dessa forma com os pós-estruturalistas.

O Corpo em Marcha

Para as teorias desconstrutivistas contemporâneas, o corpo feminino em marcha é certamente político, pois ressignifica e redescobrem-se inúmeras vezes e sob várias denominações, performances, identidades, posições de sujeito, paisagens, subjetividades e discursos (ARAÚJO PINHO, 2005, p. 129). De modo a constituir um campo de conflito no qual, coloca em questão a visão hegemônica da mulher objeto de desejo, reapropriando-se de suas representações de modo a subverter os estigmas, através de uma atitude crítica marcada profundamente pela jocosidade/gozação (FONSECA, 1990) performatizada e ritualizada. Nesse processo há espaços para novas traduções estéticas e reinterpretações que permeiam diversas representações tais como as pin ups, a dominatrix, o unissex, entre outras. São a partir dessas reproduções que se salientam subjetividades e significados compartilhados.

Polítizar o corpo feminino objetificado é também transgredir as estruturas de legitimação (ELIAS, 1995) como o controle biopolítico do Estado, e as estereotipações da mulher enquanto objeto da grande mídia. Além disso, para Araújo Pinho (2005) “o conflito só ganha visibilidade ou entra no jogo das lutas políticas metaforizado como um discurso ou signo que não tem fundo ou referente essencial determinado.” É performatizando o corpo e suas representações numa disputa transversal que se ganha visibilidade, por não estar no centro das discussões políticas.

O problema das representações congeladas – O caso Geisy Arruda

Dividindo a opinião pública até hoje, o caso Geisy Arruda, assim como a *SlutWalk*, trouxe a pauta as representações ambivalentes do corpo feminino e a legitimidade por formas de ocupação transgressoras do uso dos espaços, marcados por fronteiras simbólicas (AUGÉ, 1994; ARANTES, 2000). Grande parte da aprendizagem da masculinidade e feminilidade tem como consequência a “construção social dos corpos”, cuja diferença se dá através das roupas, maneiras de falar de caminhar, de se portar (BOURDIEU, 1998). É na sociabilidade que se cria um “ideal”. Quando Foucault (2004, p. 126) afirma: “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”, as roupas, gestos e a linguagem, por exemplo, podem ser indicadores de adesão ou não, ao contrato implícito em determinado grupo social. Para Certeau (2000), reprimir o que não convém, por meio da desqualificação, é uma forma de se estabelecer a conveniência, ou seja, o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se manter submisso a ela. Aqui, reside novamente e ideia de neutralidade social, ou *mediocritas*, a fim de se abolir a diferenciação de comportamentos muito dissonantes. Nesse sentido a produção de estereótipos tem por função possibilitar o reconhecimento social.

Naquele contexto em que foi vítima de violência por parte dos alun@s da Uniban, havia uma representação muito fechada e ambivalente do corpo e da incorporação dos códigos de conduta: o curto vestido rosa, o salto alto, as formas voluptuosas e o cabelo loiro. Para Roberto DaMatta (1985), a dicotomia entre a pureza da casa e sujeira da rua, podem marcar espaços contraditórios. Supunha-se que o lugar de Geisy era a rua, e não a universidade, afinal é também no seu corpo que se inscrevem restrições e disciplinamentos, que são parte constitutiva de instituições. No espaço da universidade, a ideia de neutralidade axiológica está inscrita no corpo. A partir da leitura compartilhada, em reconhecimento e conveniência⁹, dessa fronteira há uma reordenação dos valores morais que é ritualizado através da difamação, desqualificação e chacota coletiva: - Puta, puta! Estupra, estupra! A dualidade das representações entre bem x mal, sujo x puro, santa x prostituta, já não podem conviver nesse mesmo espaço. Acionam-se as violências.

Ao ser retirada da universidade pela polícia, colocam-lhe um longo jaleco branco¹⁰ de professor@, descaracterizando a idéia

provocativa, proveniente do rosa choque e reinstaurando o processo de neutralidade social e axiológica. Reitera-se a moral, as representações ambivalentes do corpo feminino, o disciplinamento dos corpos institucionalizados e o uso esperado dos espaços. Anterior à marcha, Geisy Arruda não teve a legitimidade que um movimento social pode sustentar.

A identidade vagabunda

Diferente do processo dualista que (des)qualificou Geisy, o conceito da identidade vagabunda reapropriado pela marcha, não é um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Aqui, ser vagabunda não assinala um núcleo estável, mas pelo contrário, ela pretende desestabilizar o sentido histórico pejorativo do termo vagabunda. Ou seja, essa identidade é antes multiplamente construída ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas (HALL, 2005). De modo que a historicidade da identidade vagabunda também passa por um processo de mudança e transformação. Assim, o “ser” vagabunda na marcha, como é: “assumir meus desejos; escolher com quem e quando eu transo; ter autonomia sobre meu corpo, então somos todas vagabundas e com orgulho” (reproduzido em um cartaz).

Assim, a Marcha pretende problematizar entre outras coisas “como nós temos sido representadas?” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios?” (HALL, 2005, p. 109).

Nesse sentido a reapropriação do termo vadia é antes uma crítica às representações congeladas da identidade da “mulher vagabunda” ou ainda da “mulher santa”, é por meio dessa diferença dicotômica identitária que se constitui através do ato de excluir e hierarquizar pólos resultantes, transformando o diferente em exterior, em abjeto (BUTLER, 1998). Mesmo se tratando de uma nova utilização dos termos, utilizar o nome Vagabunda ainda trata de assumir um sujeito, embora sabendo que são representações e que uma representação é sempre constituída ao longo de uma “falta”. De qualquer maneira, entende-se a importância política de ter uma identidade contingente:

[...] refundir o referente como significado e autorizar ou salvaguardar a categoria mulheres como lugar de re-significações possíveis é expandir as possibilidades do que significa ser uma mulher e, nesse sentido, dar condições para se permitir uma capacidade de agir realçada (BUTLER, p. 37).

Muitos dos discursos produzidos em Florianópolis durante a Marcha questionavam as representações, e o sentido dado a esse “ser mulher”, tais como: “Chega! Quero respeito, mulher não é só bunda e peito”; “somos mulheres e não mercadoria”, “liberdade às banhas, não somos Barbies”¹¹. Os dois grandes eixos de discussão da Marcha das Vagabundas, estão ligados de um lado pelas representações e seus desdobramentos e de outro, a violência contra a mulher. Certamente, ambas as problemáticas caminham juntas, não aborda-las em diálogo, pode esvaziar a discussão. A questão das representações tem uma carga complexa e relativamente nova de abordagem¹², que esbarram em questões de honra e moralidade de difícil compreensão para o senso comum. O tema das violências tem mais legitimidade no espaço público, muito por conta das conquistas feministas históricas.

Nesse sentido, é interessante pensar na visibilidade que a marcha traz, pois politicamente ela se ampara nessas duas vertentes. Possivelmente a problemática das representações não lhe daria a legitimidade conquistada por anos de luta feminista que o tema da violência lhe garante. Ao mesmo tempo em que o tema da violência se expande para novas leituras, como a violência simbólica, e se recria, como plataforma de luta feminista. Por isso, se torna uma importante ferramenta política, contingente, já que aciona o discurso posicional e estratégico que for mais interessante na cena política, desde que não desagregado seu complementar.

A união à Marcha da Liberdade – os diferentes pontos de vista

Assim, pensar o cenário político, faz parte do processo de compreensão do sentido da Marcha da Vagabundas. Como já dito, esse movimento esteve aliado a Marcha da Liberdade, nesse momento. Apesar de possibilitar a inserção de novos atores a ambas as marchas, faço aqui um espaço de crítica epistemológica de ambas, não como forma de desqualificá-las, mas sim, problematizando questões centrais a fim de compreender melhor estratégias políticas e alianças para futuros nov@s organizador@s.

Chantal Mouffe (1999, p. 01), no texto “Por uma política da identidade nômade”, observa que no fim do século XX há um processo de redefinição das identidades coletivas e estabelecimento de novas fronteiras políticas, como consequência da desarticulação da oposição binária “totalitarismo” e “democracia”, que desde a Segunda Guerra Mundial até a queda do muro de Berlim, serviu como fronteira política para o estabelecimento do antagonismo “amigo” x “inimigo” (SCHMITT, 1992).

Para Mouffe, a natureza da democracia no Ocidente está em crise, afinal seu próprio sentido se dava em função da diferença com esse “outro” que a negava. Por conseguinte, a identidade da democracia se enfraquece com a perda do inimigo, o “outro”, e deve ser novamente definida por meio de uma nova fronteira política. No lugar do velho antagonismo que dividiu o mundo em duas partes excludentes, para Mouffe (1999, p.02) observa-se “a multiplicação dos particularismos e surgimentos de novos antagonismos”. A proposta seria então romper com o objetivismo e o essencialismo que rodeiam a análise política, visto que os indivíduos são vistos como atores racionais movidos exclusivamente pela universalização dos seus interesses e atuando na esfera política de modo basicamente instrumental.

A Marcha da Liberdade é marcada pelo discurso do vínculo político e moral, de modo que a defesa de seus valores baseia-se em um consenso racional universal que está pautada na discussão e ação livres. Entrando no discurso próprio da modernidade (DUMONT, 1998), o homem renascentista buscava se libertar do jugo das instituições políticas, econômicas e religiosas, tomando esta liberdade como auto-afirmação em relação à sociedade. Dentro dessa leitura de ordem racionalista, tudo que é antagonico pode conduzir a violência que por sua vez é considerado como “arcaico e irracional” sejam elas: a polícia, o mercado, os carnívoros ou o Estado. Frente a isso, Butler (1998), propõe distintas formas de se abordar às identidades de maneira adversa, ou seja, a partir de um entendimento do político no qual está obrigatoriamente vedada a concepção liberal, racionalista e individual. Portanto não basta apenas negar o político o que certamente conduziria a mais impotência. Mas compreender que toda identidade é marcada por afirmação e diferença.

Em termos identitários, a Marcha das Vagabundas, é antes (ou parece ser) uma identidade performativa que pretende fazer um deslocamento nos papéis de gênero, não se pretende fixa, mas

contingente. A Marcha da Liberdade fundamenta-se nos próprios termos liberais, como expressão das moralidades individuais (MOUFFE, 1999, p. 3). Sobretudo a noção de liberdade está diretamente ligada à idéia de democracia, ou seja, é a própria democracia que anula a diferença estabelecida no liberalismo plural seja exercido, já que para formar um sistema democrático, há a necessidade de um sistema de identificações.

Outra questão ser problematizada é que apesar de angariarem diferentes causas a Marcha da Liberdade, sua reivindicação não era a pluralista, isto é, não transformava antagonismos em agonismos. Desta forma, excluía e determinavam inimigos fixos e materiais: polícia, governador, coordenadores e alunas e alunos do curso de medicina que usam animais nas aulas de anatomia, etc. A Marcha das Vagabundas, no campo das identificações coletivas, os delimitava como: as representações fixas que dão origens a violências, como espaço de antagonismo. Não que não haja materialidade nos corpos (machistas), mas sim a ocupação de um campo político diferente, visto que a discussão das vadias refletia mais a idéia de que a matéria dos corpos está indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização e significação de seus efeitos materiais, (BUTLER, 1999) muito mais próximo às relações de poder que se perpetuam.

Postas as diferenças ideológicas que acentuam posições e a defesa de interesses nesse campo¹³ de forças e conflitos, e pretendendo não ser dualista¹⁴, a existência social de um grupo, se constrói sempre no conflito e esses não devem ser considerados como obstáculos, já que como seres racionais nunca alcançaremos o ideal da harmonia. Afinal, fazer política é situar-se em espaços de diferença:

importante para a democracia e para a construção de identidades democráticas ter um marco de referência que nos permita pensar a diferença como algo que é, ao mesmo tempo, a condição de possibilidade e a condição de impossibilidade de criar a unidade e a totalidade. (MOUFFE, 1999, p.05).

Considerações finais

Cabe agora, sobretudo observar se há um interesse em converter a Marcha das Vagabundas por ser uma atividade desterritorializada e transnacional, há possibilidade de se tornar um movimento social, regular, representativo e presente, que legitime situações de violência ou estabeleça uma “nova moral”? Ou seja,

dentro de um projeto de transformação social que seja limitado pelo campo de possibilidades (VELHO, p. 47) do próprio contexto social, afinal são nas práticas sociais que se reproduzem as hierarquias de gênero. Ou ainda pensar em que medida a constante apropriação do termo “vadia/ vagabunda” pode fixar a identidade e conseqüentemente promover exclusões políticas?

No campo político, assim como Mouffe propõe, a tensão entre a lógica da equivalência e da diferença (igualdade e liberdade) são incompatíveis, entretanto a própria lógica da democracia moderna esta baseada na aceitação dessas lógicas em conflito.

De qualquer forma apropriando-se da feminilidade enquanto “mulher-objeto”, é interessante pensar os agenciamentos como constituintes de sujeitos interferindo em corporalidades, sexualidades e escolhas estéticas. A questão da representação dualista ou ambivalente do corpo e comportamento feminino, aliada a manifestações de violência foram centrais nessa primeira marcha em Florianópolis. Reduzir a problemática, a somente uma das questões abordadas, pode sem dúvida, esvaziar a discussão e retroceder politicamente nas lutas e conquistas feministas. A Marcha das Vagabundas insere-se nesse espaço multifacetado de novas relações sociais e associações, criando diálogos para interação globais e locais e inscrevem-se nas jovens populações urbanas a reinvenção da identidade estigmatizada da vadia.

Notas

1 - Algumas localidades referem-se ao termo Marcha das Vadias, mais fiel à tradução da língua inglesa, ambas as terminologias falam do mesmo movimento.

2 - Entrevista d@s pesquisador@s Mirian Goldenberg, Mary Del Priore e Sergio Carrara, <<http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2012/04/27/brasileiro-e-falso-moralista-e-duas-caras-quando-se-trata-de-sexualidade.htm>>.

3 - Da mesma fonte anterior.

4 - Pessoa e Corporalidade, 2011.1.

5 - Obviamente a marcha foi um movimento construído coletivamente e como estratégia política coloque-me também como organizadora. Usarei a conjugação “nós”, porque o durante todo o processo as decisões foram tomadas conjuntamente.

6 - A união com a Marcha da Liberdade será retomada aqui adiante, apontando críticas e sugestões a nossa própria escolha. Atereime nesse momento, especificamente a questão das identidades políticas.

7 - Tivemos também a presença de professoras do departamento de história da UDESC, além de alun@s da mesma universidade e a combativa presença de um professor do CTC, atento as questões que reproduzem preconceitos.

8 - O conceito vem de Max Weber e será outras vezes repetido neste trabalho.

9 - Michel de Certeau, A invenção do cotidiano, já citado. Mas reitero aqui.

10 - Um elemento é simbolicamente muito especial: o mini vestido rosa choque. Veronika Koller (2008) concebe essa cor como definidora do gênero e sexualidades femininas nas linguagens visuais. Em sua análise diagnosticou a cor ligada à ideia de luxúria, ousadia, paixão, etc. Para ODININO, RIAL e GIRARDELLO (2005), o nuance mais vibrante acentua o orgulho pela feminilidade pela via de sua autoafirmação, ligada ao agenciamento. É colocando suas subjetividades e transcrevendo em si outros significados que ela quebra o objetivismo, e instaura uma fronteira.

11 - Reproduzido de cartazes e palavras de ordem.

12 - Lembrando que as discussões de sujeitos nômades fazem parte da 3ª fase do feminismo e dizem respeito a teorias recentes.

13 - (BOURDIEU, 1999).

14 - A maior parte dos conflitos de ordem prática entre as marchas estiveram relacionadas à questão da identidade, a ideia de *negociação* com as demandas dos agentes, por exemplo, não era interessante para

a M. da Liberdade em função da sua identidade libertária, por exemplo, já as Vagabundas, por se utilizarem de uma identidade posicional, consideravam a negociação fundamental.

Referências

AUGE, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

ARANTES, A. Antonio. A guerra dos lugares. Mapeando zonas de turbulência. In: _____. **Paisagens Paulistanas**. Transformações no espaço público. Campinas: editora da Unicamp, 2000.

ARAUJO PINHO, Osmundo. Etnografias do *brau*: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em salvador. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216 janeiro-abril/2005.

BOURDIEU, Pierre. O Camponês e seu Corpo. **Revista Sociologia e Política**, 26. Curitiba.

_____. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós – modernismo. **Cadernos Pagu** (11) 1998, pp11-42.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G.L. **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: a Autêntica, 1999.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. 3. ed. Petrópolis; Vozes, 2000. 372p

MATTA, Roberto da. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34.

DUMONT, Louis. 1985. “Do indivíduo-fora-do-mundo ao indivíduo-nomundo”. In: _____. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco. Cap. 1.

ELIAS, Nobert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FOUCAULT, M. “Os corpos dóceis”. In: _____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão 29ªed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a, p. 125-52.

GOLDENBERG, Mirian (org). **Nu e Vestido**: Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HALL, Stuart. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos culturais. Editora Vozes, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5). Campinas, Unicamp 1995.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

KOLLER, Veronika. ‘More than just a colour’: Pink as a gender and sexuality marker in visual communication. **VisualCommunication**, 7(4). 2008. 433-61.

FONSECA, Claudia. **Cavalo amarrado também pasta**. Honra e humor em um grupo popular brasileiro. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_15/rbcs15_02.htm.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientista e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2001.

MOUFFE, Chantal. Por uma política de identidade nômade. In: **Debate feminista – cidadania e feminismo**. Gráfica Cia Melhoramentos: México – São Paulo, 1999 (p. 266-278).

ODININO, Juliane Di Paula Queiroz; RIAL, Carmem Silva; GIRARDELLO, Gilka Ponzi. Meninas Super Poderosas: Imagem de uma cultura midiática feminina e infantil. In: **Estudos In (ter) disciplinados: Gênero, Feminismo, Sexualidade**. Ed. Mulheres. 2010.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Petropolis, RJ: Ed. Vozes, 1992.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.